

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.174 - PE
(2018/0284688-6)**

RECORRENTE : LUCIANO INACIO DA SILVA
ADVOGADOS : PAULO EDUARDO GUEDES MARANHÃO - PE028436
SORAIA DE FATIMA VELOSO MARTINS - PE031007
DEBORAH REGINA CAVALCANTE DA SILVA - PE035591
RECORRIDO : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : ANTÔNIO FIGUEIREDO GUERRA BELTRÃO E OUTRO(S)
- PE017373

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por Luciano Inácio da Silva, com fundamento no artigo 105, inciso II, alínea *b*, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, assim ementado (fl. 218):

MANDADO DE SEGURANÇA. REJEITADA A PRELIMINAR DE NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO E DE DECADÊNCIA DA VIA MANDAMENTAL ELEITA. MÉRITO: PRECEDÊNCIA HIERÁRQUICA PARA INGRESSO NO CURSO DE HABILITAÇÃO DE CABOS/PM/2017. SEGURANÇA DENEGADA.

1. Rejeita-se a preliminar de necessidade de formação de litisconsórcio passivo necessário com todos os soldados melhor posicionados que o impetrante na relação de antiguidade, de vez que eventual ordem favorável não repercutiria diretamente na esfera jurídica de terceiros.

2. Não prosperam as arguições de prescrição do fundo de direito e de decadência da via mandamental, de vez que o ato impugnado data de 22/11/2017, e o presente *mandamus* foi aforado em 05/01/2018.

3. No mérito, o impetrante pleiteia a aferição de sua antiguidade na graduação de soldado com base na nota obtida no curso de formação de soldados/2009, no qual afirma ter logrado a 1904ª posição, argumentando que a precedência hierárquica dos soldados que ingressaram na Corporação em 2009 deve ser regida pela LCE nº 108/2008.

4. Diversamente do que alegado pelo impetrante, a lista de acesso impugnada foi elaborada com base na classificação final do curso de formação respectivo, em obediência à legislação vigente na época do seu ingresso serviço público, qual seja, a LCE nº 108/2008, de 14/05/2008 (publicada em 15/05/2008).

5. E, de fato, à luz do princípio *tempus regit actum*, a legislação aplicável à época da investidura do impetrante no cargo de soldado PM era mesmo a LCE nº 108/2008, segundo a qual a precedência hierárquica dos soldados é estabelecida pela classificação final e geral do curso de formação respectivo.

6. Nessa linha é o entendimento assentado, à unanimidade, por esta Seção de Direito Público, em sessão realizada no dia 14/03/2018.

7. Da análise da documentação carreada aos autos, verifica-se que o impetrante demonstrou haver concluído o curso de formação de soldados, na

primeira turma do ano de 2009, "Turma Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos", no período de 09/03/2009 a 15/08/2009, obtendo a média de 8,21 e a 1904ª colocação.

8. Já o ato impugnado, qual seja a Lista de antiguidade constante do Anexo I da Portaria nº 636/2017 do Comando Geral da PM, convocou os 1.800 (um mil e oitocentos) soldados mais antigos para possível matrícula no Curso de Habilitação de Cabos PM/2017, sendo 1.500 (um mil e quinhentos) na qualidade de titulares e 300 (trezentos) como suplentes.

9. O impetrante não logrou demonstrar a existência de direito líquido e certo a ser amparado na presente via, de vez que a sua colocação final no curso de formação de soldados/2009 supera o quantitativo de 1.800 soldados convocados, como titulares e suplentes, para possível realização de matrícula no CHC PM/2017.

10. Observe-se, ademais, que os soldados apontados à fl. 08 da inicial, os quais obtiveram notas inferiores à do impetrante no Curso de Formação de Soldados, foram incluídos na lista de Acesso para matrícula no CHC PM/2017 por força de ordens judiciais, não ocorrendo preterição no ponto, à luz do entendimento assentado pelo Superior Tribunal de Justiça.

11. Inexiste, portanto, direito líquido e certo a ser amparado.

12. Segurança denegada, à unanimidade.

Na origem, cuida-se de mandado de segurança, em face do Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco, impugnando a convocação, para possível matrícula, no Curso de Habilitação de Cabos da PMPE/2017, publicada no Boletim Geral nº 219/2017, de 22/11/2017, da qual restou excluído.

Assevera o impetrante que: a) realizou o concurso público para ingresso no CFSd/2006, tendo participado da segunda convocação complementar; b) a LCE nº 108/2008, vigente quando de seu ingresso na carreira castrense, norteia a aferição de sua antiguidade, segundo a nota obtida no Curso de Formação; c) obteve a média de 8,21 no Curso de Formação, ocupando a 1904ª colocação; d) candidatos classificados em posições posteriores à sua no Curso de Formação de soldados foram convocados pelo Boletim Geral 219/2017, de 22/11/2017, para realizar matrícula no Curso de Habilitação de Cabos PM/2017.

Pugna assim por sua inclusão na lista de acesso para participação no Curso de Habilitação de Cabos da PM/2017, e, bem assim, que sua antiguidade na Corporação seja aferida com base na nota obtida no curso de formação de soldados/2009.

Deu-se a causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) em janeiro de 2018.

No presente recurso ordinário, reitera o pedido inicial, pleiteando a reforma do acórdão, para que proceda a inclusão do nome do recorrente na próxima Lista de Acesso para o Curso de Cabo PM, e por conseguinte, proceda

com o acesso do recorrente ao próximo Curso Habilitação de Cabos PMPE, e uma vez obtendo aprovação no referido curso, o direito à promoção a graduação de Cabo PMPE.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 260-272).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 295-302, manifesta-se pelo desprovimento do recurso ordinário, com a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PROMOÇÃO. INCLUSÃO NO QUADRO DE ACESSO AO CURSO DE HABILITAÇÃO DE CABOS DA PM/2017. DENEGAÇÃO DA ORDEM. NÃO COMPROVAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO IMPUGNAM OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE DE FORMAL. PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Não merece conhecimento a presente irresignação, porquanto a parte recorrente não se insurgiu os fundamentos que ensejaram a denegação da ordem, em especial: a) a antiguidade dos militares ingressados em 2009 foi apurada com base na classificação final do curso de formação respectivo, em obediência à LCE nº 108/2008; b) o impetrante obteve a média de 8,21 e a colocação 1.904, além das 1800 vagas para Lista de Acesso ao Curso de Habilitação de Cabos da PM/2017; e c) os soldados tidos por mais modernos mencionados na inicial estão na referida lista em decorrência de ordem judicial, que não configura preterição.

Por esta razão, o recurso padece de irregularidade formal e ofende o princípio da dialeticidade, fato que impede o exame de seu mérito, conforme entendimento dessa Corte Superior.

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO À MOTIVAÇÃO ADOTADA NA ORIGEM. DESATENDIMENTO DO ÔNUS DA DIALETICIDADE.

1. Descumprido o princípio da dialeticidade, o qual obriga a parte que recorre impugnar, especificamente, os fundamentos do acórdão que objurga, contrapondo-se às razões de decidir já expressadas.

Precedentes.

2. É certo na jurisprudência que "a formação de um regime híbrido, só com as vantagens legais dos cargos públicos ocupados, não encontra amparo constitucional, além de prejudicar a transparência no serviço público" (cf. RE 660033 AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 29/10/2015).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no RMS 52.344/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 17/03/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE.

1. O recurso ordinário em mandado de segurança, como espécie recursal que é, reclama, para sua admissibilidade, a fiel observância do princípio da dialeticidade, impondo-se à parte recorrente o ônus de expor, com precisão e clareza, os erros - de procedimento ou de aplicação do direito - que justificam a reforma do acórdão recorrido, não bastando, para isso, a simples insatisfação com a denegação da ordem.

2. No caso destes autos, a Corte Estadual denegou a segurança com base em dois fundamentos diversos: (1) a alteração da classificação final do processo seletivo se deu segundo as regras estabelecidas no edital; e, (2) foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo se assegurado ao impetrante o direito de recorrer. As razões do recurso ordinário, por sua vez, ficaram limitadas à reiteração dos argumentos postos na exordial e nos aclaratórios, nada apontando quanto ao desacerto desses fundamentos, pelo que se negou seguimento ao recurso.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no RMS 47.395/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 06/12/2016)

Ademais, ainda que assim não fosse, verifica-se nos autos que os critérios do edital de ingresso não se confundem com a antiguidade, definida pela lei da carreira.

Com efeito, a jurisprudência dominante nesta Corte Superior é pacífica no sentido de que as regras editalícias, consideradas em conjunto como verdadeira lei interna do certame, vinculam tanto a Administração como os candidatos participantes. Desse modo, o concurso público deverá respeitar o princípio da vinculação ao edital.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CARTÓRIO. CONCURSO PÚBLICO. NÃO APRESENTAÇÃO TEMPESTIVA DE DOCUMENTOS. DESCUMPRIMENTO DO EDITAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À ISONOMIA E À LEGALIDADE. TEMA APRECIADO PELO CNJ EM CASO IDÊNTICO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE CERTEZA E LIQUIDEZ DO DIREITO POSTULADO.

1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão que denegou a segurança ao pleito de anulação da decisão administrativa de

indeferimento de inscrição em concurso público pela ausência de apresentação de duas certidões exigidas pelo Edital. A recorrente alega que o prazo para retificação de documentos deveria ser-lhe franqueado para permitir a juntada posterior daqueles que se omitiu em agregar tempestivamente.

2. Do exame dos autos, anoto que não há o direito líquido e certo buscado. A candidata não juntou, tempestivamente, a documentação demandada no Edital 01/2001 e teve sua inscrição indeferida; a previsão do item 8, 'b' do Edital diz respeito à retificação de documento tempestivamente juntado, e não ao suprimento de documento não apresentado.

3. Em caso idêntico, referido ao mesmo certame, o Conselho Nacional de Justiça assim manifestou, em Procedimento de Controle Administrativo: 'cumpre reconhecer que o artigo fala, claramente, de apresentação incorreta de documentos, e não da falta, da ausência de documentos. O que se possibilita sanar, segundo o edital, é o documento incorreto (a exemplo da falta de autenticação em uma certidão) e não a ausência absoluta de algum documento.' (CNJ, PCA 0006290-75.2011.2.00.0000).

4. As obrigações dos editais de concursos públicos devem ter cumprimento compulsório, em homenagem ao art. 37, caput, da Constituição Federal. Precedentes: MC 19.763/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 14.11.2012; RMS 23.833/ES, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 1º.6.2011; RMS 29.646/AC, Rei. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 17.8.2009; e AgRg na MC 15.389/AC, Rei. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 11.5.2009. Recurso ordinário improvido.

(RMS 40.616/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 07/04/2014)

Na hipótese dos autos, observa-se que contrariamente ao alegado pelo impetrante, a lista de acesso impugnada foi elaborada com base na classificação final do curso de formação respectivo, em obediência à legislação vigente na época do seu ingresso serviço público, sendo ela a Lei Complementar Estadual nº 108/2008, de 14/05/2008.

O princípio *tempus regit actum* estabelece que é a legislação vigente à época dos fatos que deve reger a investidura do impetrante no cargo de soldado PM, e que tal lei era a lei complementar estadual supra citada, segundo a qual a precedência hierárquica dos soldados é estabelecida pela classificação final e geral do curso de formação respectivo.

Quanto a questão, o tribunal de origem assim se manifestou, *verbis* (fls. 223-224):

(...)

Analisando a documentação carreada aos autos, verifica-se que o impetrante demonstrou haver concluído o curso de formação de soldados, na primeira turma do ano de 2009, "Turma Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos", no período de 09/03/2009 a 15/08/2009, obtendo a média de 8,21 e a 1904ª colocação. (fl. 36).

Já o ato impugnado, qual seja a Lista de antiguidade constante do

Superior Tribunal de Justiça

Anexo I da Portaria nº 636/2017 do Comando Geral da PM, convocou os 1.800 (um mil e oitocentos) soldados mais antigos para possível matrícula no Curso de Habilitação de Cabos PM/2017, sendo 1.500 (um mil e quinhentos) na qualidade de titulares e 300 (trezentos) como suplentes, conforme se observa das fls. 38 e 39.

Ou seja, o impetrante não logrou demonstrar a existência de direito líquido e certo a ser amparado na presente via, de vez que a sua colocação final curso de formação de soldados/2009 supera o quantitativo de 1.800 soldados convocados, como titulares e suplentes, para possível realização de matrícula no CHC PM/2017.

Observe-se, ademais, que os soldados apontados à fl. 08 da inicial, os quais obtiveram notas inferiores à do impetrante no Curso de Formação de Soldados, foram incluídos na lista de Acesso para matrícula no CHC PM/2017 por força de ordens judiciais expedidas, respectivamente, nos autos dos processos 0025413-12.2017.8.17.8201 (1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital), 0000547-38.2017.8.17.3480 (1º Vara da Comarca de Timbaúba) e 0003728-40.2017.8.17.2480 (2º Vara da Fazenda Pública da Comarca de Caruaru).

Nesse contexto, tem-se por inexistente a alegada preterição do impetrante, de vez que a inclusão dos candidatos com notas inferiores à sua decorreu do cumprimento de decisões judiciais.

No ponto, o Superior Tribunal de Justiça assentou que "não há a configuração de preterição de candidato aprovado em concurso público na hipótese em que a administração pública procede à nomeação de outros candidatos em classificação inferior por força de decisão judicial. Precedentes. (AgInt no RMS 46.660/PA)".

(...)

Da análise dos autos, não se verifica ilegalidade e tampouco há falar em direito líquido e certo a ser amparado por esta via mandamental.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ, não conheço do recurso ordinário em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator